

## **VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.**

Cinthia Camara Azevedo Travassos Sarinho; Humberto da Silva Miranda

*Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE/Fundação Joaquim Nabuco - cinthia.futura@gmail.com;  
Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE - humbertoufrpe@gmail.com*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência da pesquisa intitulada “Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes: prevenção e enfrentamento no contexto escolar”, que está vinculada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades/PPGECI, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Nosso interesse consiste em analisar a escola como espaço protetivo, de fundamental importância na prevenção das violências contra crianças e adolescentes, enquanto um dos principais atores da Rede de Proteção; compreender o processo histórico dos direitos da criança no contexto escolar e contribuir na formação de educadores para o tema da prevenção e do enfrentamento do abuso sexual e da exploração sexual, a partir das reflexões sobre os direitos sexuais na perspectiva da autoproteção, compreendendo a relação da temática com as questões de gênero, sexualidade e educação; buscando ampliar o olhar sobre a infância contemporânea a partir do referencial teórico e reflexões da Sociologia da Infância e do contexto de desigualdades e violências em que estão inseridas. A metodologia proposta pela pesquisa busca conhecer, refletir e ressignificar a escola como espaço protetivo, a partir de pesquisas de campo e intervenção em escolas públicas da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes, identificar e compreender as limitações dos/as professores/as em perceber os sinais de violência sexual em seus/suas alunos/as. Deste modo, através desta pesquisa, pretende-se como resultados revelar a realidade das escolas, como lidam com o problema, o contexto local de violência sexual e possíveis caminhos para mudança da realidade.

**Palavras-chave:** educação, sexualidade e infância.

### **1. INTRODUÇÃO**

A pesquisa apresentada pretende refletir sobre o papel da escola na prevenção e no enfrentamento às violências sexuais de crianças e adolescentes, a partir da análise do contexto local em que estão inseridas, de ações educativas desenvolvidas nas escolas junto à comunidade escolar e articulação com a rede de proteção local. A questão-problema que norteia a pesquisa é em que medida as escolas públicas estão envolvidas na prevenção e enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes e quais os impactos no desenvolvimento dos/as seus/suas alunos/as.

Os objetivos da pesquisa consistem em compreender o processo histórico do Direito da Criança e Adolescente no contexto das escolas; mapear ações de prevenção e enfrentamento às violências sexuais realizadas nas escolas; analisar o impacto da ação educativa na escola e a sua contribuição para a prevenção de violências contra crianças e adolescentes; sensibilizar, informar e conscientizar educadores e

profissionais da educação sobre a problemática das violências sexuais contra crianças e adolescentes. Além de, contribuir na formação de educadores para a temática dos direitos sexuais na perspectiva da autoproteção, trazendo as dimensões de gênero e sexualidade que são fundamentais na luta contra as violências sexuais.

As situações de violência causam danos muitas vezes irreparáveis, como é o caso das violências sexuais, especialmente o abuso sexual que deixa marcas profundas por toda a vida. A violência é um fator que afeta a saúde física e psíquica de qualquer vítima, principalmente, em se tratando de uma criança que está em desenvolvimento.

As violências sexuais são consideradas uma das mais graves violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, que atinge meninos e meninas no mundo inteiro, e está ligado a fatores culturais, sociais e econômicos. Questões relacionadas à pobreza, às desigualdades, ao gênero, à raça e à classe social têm relação direta com o cenário das violências sexuais, fruto de uma sociedade pautada na cultura machista, da adultização da infância e posse dos corpos de meninas e mulheres.

A violência sexual é uma ameaça à sobrevivência, ao bem-estar e ao futuro de crianças e adolescentes e pode trazer graves consequências para o seu desenvolvimento, sua saúde e sua capacidade de aprendizagem. Crianças e adolescentes são mais suscetíveis à violência sexual pelo simples fato de serem crianças e adolescentes, mas algumas dessas pessoas são ainda mais vulneráveis por serem meninas pobres e/ou negras ou por terem deficiências. (Guia Escolar, 2011, p.14).

Importante destacar que essas violências são sempre cumulativas, o abuso sexual está diretamente ligado à violência doméstica, violência física, psicológica e leva na maioria das vezes ao sentimento de culpa por parte das vítimas. É preciso compreender que a culpa nunca é da vítima, quem comete o abuso, geralmente, são pessoas mais velhas, adultos, de extrema confiança da criança ou do adolescente, sendo mais comum a prática do abuso sexual intrafamiliar – quando o autor da violência é da própria família, podendo ser pai/mãe, padrasto/madrasta, ou qualquer outra pessoa da família com quem a criança tem vínculo afetivo.

No Brasil, essa é uma violência que atinge milhares de meninas e meninos, muitas vezes de forma silenciosa e, romper esse silêncio é um dos grandes desafios - denunciar é preciso. Em 2015 e 2016, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, através do Disque 100, recebeu mais de 37 mil denúncias de violência sexual na faixa etária de 0 a 18 anos, o correspondente a 10% das ligações recebidas, sendo os crimes de abuso sexual (72%) e exploração sexual (20%), as demais ligações se referiam a outras

violações de direito como a pornografia infantil, sexting (divulgação de conteúdo por meio de celulares), grooming (tentativa de adulto em conquistar confiança da vítima), exploração sexual no turismo e estupro. (Agência Brasil, maio 2017).

Vale salientar que em se tratando do perfil das vítimas, a maior parte delas é sempre de meninas (67,69%), seguida de meninos (16,52%) e ainda, os casos não informados identificando o gênero (15,79%). Já o perfil dos autores da violência, esses na sua maioria são homens (62%) e adultos entre 18 e 40 anos (42%). Importante destacar que mesmo sendo os homens em maior índice a praticar esse tipo de violência, mulheres também praticam violência sexual contra crianças e adolescentes, mesmo que em menor proporção. Estes números referem-se apenas aos casos de violências denunciadas e não reflete o tamanho desta problemática, o que fica evidenciado é o quão desprotegidas estão as crianças e adolescentes em nosso país, o que é inaceitável e precisa ser urgentemente enfrentado por toda a sociedade.

Buscando contribuir com ações e produção de conhecimento que fortaleça a prevenção e o enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, em especial as violências sexuais, é que se constrói esse trabalho por meio de uma metodologia de pesquisa que propõe a abordagem qualitativa, a partir de análise documental e de conteúdo que faz parte do primeiro momento de levantamento bibliográfico, seguido do trabalho de campo que acontece paralelamente e posteriormente. A proposta metodológica busca reconhecer, refletir e ressignificar a escola como espaço protetivo, a partir da escuta dos professores das escolas públicas que participarão de grupos focais e entrevistas, procurando perceber as limitações enfrentadas no cotidiano escolar em identificar sinais de violência sexual e como abordar a temática com seus/suas alunos/alunas. Neste sentido, pretende-se como resultados revelar a realidade das escolas envolvidas na pesquisa, o contexto de violências sexuais emergentes na escola e possíveis caminhos para a mudança da realidade local. Além de detectar como as escolas compreendem questões de gênero, sexualidade e educação sexual na perspectiva da autoproteção de crianças e adolescentes, e no enfrentamento das violências.

## **2. OLHARES SOBRE A INFÂNCIA A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

É preciso compreender o processo histórico de construção das infâncias e os diferentes contextos em que estão inseridas. O referencial teórico deste trabalho fundamenta-se nos novos estudos da Sociologia da Infância, que compreendem a

criança como sujeito de direitos e ator social do seu processo de socialização, e não como objeto passivo desse processo e de qualquer outro que lhe diga respeito. Neste sentido, também entendemos a criança e o adolescente como sujeitos de direitos tomando como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente. Embora grande parte das crianças e adolescentes vivam em situações de vulnerabilidades e violências, em alguma medida participam da vida em sociedade e da vida adulta de diferentes formas.

A Sociologia da Infância surge e vem se desenvolvendo ao longo dos anos enfatizando a compreensão da criança como sujeito de direitos enquanto uma construção social. Tentando desconstruir a lógica da “infância como uma fase natural e universal da vida das crianças como objetos passivos de socialização numa ordem social adulta”. (p.228; Revista Iberoamericana de Educação nº272. Educação Infantil (II) (issn:1022-6508/2016)

Nos diferentes contextos em que estão inseridos na vida em sociedade, optamos por lançar luzes sobre a problemática das violações de direitos e como essas afetam significativamente a vida desses sujeitos.

Apenas uma coisa é pior do que perder uma criança em circunstâncias trágicas e inesperada como uma guerra, doença ou desastre. É perder uma criança devido a atos de abuso deliberados, intencionais e evitáveis. Muito frequentemente esses atos ocorrem exatamente na segurança do lar – o local onde elas deveriam se sentir seguras e protegidas do perigo. Quando as crianças são abusadas pelos responsáveis, elas não só ficam perturbadas física e emocionalmente, mas frequentemente se culpam pelas falhas daqueles em quem confiam e amam. As consequências do abuso são dessa forma, duplamente trágicas e normalmente duradouras. (CORSARO, 2011, p.270).

E é justamente na direção contrária do que percebemos na prática cotidiana, de negligências, negação de direitos, violências e adultização das infâncias que propomos esta reflexão. A partir da Constituinte (1988), que regulamenta o dever da família, da sociedade e do estado, em proteger de forma integral e com prioridade absoluta, os direitos de crianças e adolescentes, seguido da criação do ECA (1990) instituiu-se uma mudança de paradigma, reconhecendo crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Art.15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

Desta forma, faz-se necessário garantir a proteção integral e reforçar o lugar das crianças e adolescentes na sociedade como sujeitos de direitos, garantindo a sua participação nos processos em que estão envolvidos no seu dia a dia, seja na escola, na família e na comunidade.

### **3. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: A ESCOLA COMO UM LUGAR DE DIÁLOGO**

É necessário compreender a escola como um lugar que vai além de um espaço onde conteúdos são transmitidos, é preciso ver a escola como o lugar das relações humanas e sociais, onde são construídos diferentes saberes e fazeres. Dessa forma, é preciso (re)pensar a escola também como espaço das diversidades, das diferentes infâncias e contextos em que vivem, além das questões contemporâneas que afetam a vida dessas crianças e adolescentes. De acordo com Humberto Miranda:

Ao enfrentar os desafios cotidianos, marcado pelas diferentes formas de violência, a escola deve se tornar um espaço de produção de uma cultura de proteção, construída a partir dos direitos humanos. Nesse processo, os profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidades devem estar articulados no sentido de garantir que os direitos fundamentais sejam efetivados no cotidiano de meninos e meninas. (MIRANDA, 2016,p.50)

Um dos grandes desafios nas políticas educacionais e na sociedade é contribuir para uma educação emancipatória, uma educação em direitos humanos que promova a igualdade de gênero, raça, etnia, e principalmente, educação em sexualidade.

Sabemos que o tema da sexualidade está presente em diferentes espaços, e na escola não poderia ser diferente, ela emerge na rotina escolar ultrapassando as fronteiras disciplinares.

Conceitualmente, a escola não é uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas um espaço em que se trabalham saberes, os afetos, os valores, as normas, os modelos culturais e os direitos. É também na escola que se constroem modelos de sociedade. Entendê-la sob essa perspectiva significa reconhecer que muitos de seus problemas se originam além de seu espaço pedagógico, e que, portanto, só podem ser enfrentados se houver uma articulação com outras instâncias sociais. (Guia Escolar, 2011, p.43).

Sendo a escola um espaço dedicado à formação de sujeitos para a cidadania e transformação social, precisa ser também um espaço de diálogo e promoção de ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências sexuais. É

imprescindível falar em violências sexuais contra crianças e adolescentes, principalmente, na escola. Não se pode falar de violências sexuais sem aprofundar as discussões em torno dos conceitos e das formas como essas violências se manifestam, seja ela a exploração sexual ou o abuso sexual. Antes de tudo, é preciso falar de sexualidade, dos direitos sexuais de crianças e adolescentes na perspectiva da autoproteção.

A sexualidade é pulsão de vida, forma de relacionamento e de reprodução humana. Ela se inscreve nas culturas dos povos, nas relações de gênero e nos direitos humanos. Práticas abusivas desrespeitam o processo de desenvolvimento da sexualidade das pessoas, e quando são fruto da violência, implicam em sofrimento e traumas. (FALEIROS, 2015, p.25).

É fundamental compreender a sexualidade como uma dimensão relacionada à prevenção do abuso sexual e à promoção das relações que assegurem o desenvolvimento saudável da sexualidade e a dignidade humana. A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos que fere a dignidade humana, compromete o seu desenvolvimento pleno e saudável. A melhor maneira para a promoção dos direitos à sexualidade saudável de crianças e adolescentes, é incluir na prática pedagógica o desenvolvimento de ações socioeducativas, atividades, projetos e, principalmente, o diálogo sobre o tema. É importante estabelecer uma conversa franca, sem tabus e preconceitos, tratando da temática com naturalidade, procurando falar de um assunto que faz parte da vida de todas as pessoas desde o seu nascimento.

Saber a hora e a melhor maneira de falar sobre sexualidade com as crianças e seus pais é muito importante. Conhecer as características de cada fase do crescimento da criança pode ajudar a evitar equívocos na maneira como lidar com a sexualidade da criança e do adolescente, respeitando formas de expressão da sexualidade, sem reprimi-las, e enfrentando a invasão da sexualidade infantil por adultos (Hazeu, 2004, apud Guia Escolar, 2011, p.32)

Envolver a escola como um todo se torna primordial, a conversa deve acontecer com os/as alunos/as, as famílias, com a equipe de professores, incluindo o Conselho Escolar e a Rede de Proteção Local que está na comunidade e pode ser um grande parceiro, a exemplo do Conselho Tutelar, Unidade de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, entre outros. Importante compreender que o trabalho realizado pela escola na temática da sexualidade/educação sexual não substitui o que compete e é função da família, mas complementa e contribui para a formação de ambientes mais seguros para crianças e adolescentes

e o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e protegida. A família e a escola têm um importante papel na promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e na proteção contra as violências sexuais. O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, desde então, atribui a sociedade, a responsabilidade quanto à promoção, garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Art. 4º do ECA)

Compreendemos a infância como um dos períodos mais importantes da vida de uma criança, quando é formada e desenvolvida grande parte das estruturas física, emocional, psíquica, afetiva, cognitiva e social. E em razão disto, faz-se necessário com prioridade absoluta, que a família, a escola, a comunidade e o estado promovam o desenvolvimento integral e garantam os direitos humanos de crianças e adolescentes. E é nessa direção que as discussões sobre gênero, sexualidade e educação são imprescindíveis.

Por que falar de gênero e a sua relação com as violências sexuais? Fruto de uma sociedade patriarcal, em que homens ainda veem os corpos de meninas e mulheres como objetos de prazer e de posse, e é esse sentimento de posse que leva ao abuso sexual. Os contextos de desigualdades em que as meninas estão inseridas são apresentados de diversas maneiras, desde a sua objetificação sexual e doméstica, às questões socioeconômicas que impactam diretamente em suas vidas e nos seus direitos. Essas situações de violações e negação de direitos se manifestam, principalmente, na violência intrafamiliar através da violência doméstica, violência sexual e do trabalho infantil.

Desconstruir esse pensamento pautado na cultura machista, é o primeiro passo para contribuir com uma cultura de prevenção, que se faz urgente a escola assumir o seu papel de agente de proteção e que integra o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes. Promovendo formação sobre a temática para suas equipes de educadores, envolvendo as famílias e a comunidade nessa luta diária, para a promoção de uma cultura de proteção e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, que lhes assegurem a dignidade e o respeito.

#### **4. CONCLUSÕES**

A pesquisa em andamento apresentada nesse relato de experiência nos leva a compreender a violência nas suas múltiplas dimensões e os desafios que estão postos. Evidencia que as violências sexuais contra crianças e adolescentes ainda é uma realidade presente cotidianamente na vida de milhares de meninos e meninas, que precisa ser enfrentada de maneira efetiva e que a escola como membro da Rede de Proteção do Sistema de Garantia de Direitos, deve ter papel fundamental nessa luta.

O enfrentamento às mais diferentes violências desafia a “estrutura tradicional” da escola. Desse modo, é importante (re)pensar a cultura escolar, construindo um espaço onde crianças e adolescentes possam viver a proteção nos mais diferentes sentidos. Nesse sentido, é preciso pensar em ações e ferramentas pedagógicas que subsidiem e apoiem profissionais da educação nessa desafiante tarefa.

Acreditamos que isso só é possível quando há investimento em políticas públicas de educação voltadas para o enfrentamento das violências sexuais, com ações permanentes de formação de professores em sexualidade e educação sexual como estratégia para a promoção da autoproteção de crianças e adolescentes.

## **REFERÊNCIAS**

Agência Brasil - <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/ongs-e-governo-federal-se-unem-para-combater-violencia-sexual> - Acesso em 08 de setembro de 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Disque 100 – Relatório de 2016**. Brasília, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 1990.

CANAL FUTURA. **Kit Pedagógico Crescer sem Violência** – Cadernos de Textos “Que Exploração é Essa?” (2012) e “Que Abuso é Esse?”. Rio de Janeiro: 2015

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Caderno Temático. Faça Bonito. Proteja Crianças e



Adolescentes – **Direitos Sexuais são direitos humanos: coletânea de textos.** – 2ª edição, Brasília, 2012.

CORSARO, William. **Sociologia da Infância**, Porto Alegre: ARTMED, 2011.

FALEIROS, Vicente. FALEIROS, Eva. PEREIRA, Priscila. **Desmascarando o Abuso Sexual** – Caderno de Textos Que Abuso é Esse? – Rio de Janeiro, 2015.

LYRA, CHAVES, E. & CARMO, J. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Coleção Renaform/UFRPE. Recife, MXM Editora/UFRPE, 2016.

MIRANDA, Humberto. *Conselho Tutelar e Escola: (Re) pensando os sentidos da proteção.* (IN) LYRA, CHAVES, E. & CARMO, J. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Recife, MXM Editora/UFRPE, 2016.

Revista Iberoamericana de Educação nº72. Educação Infantil (II) (issn: 1022 – 6508) – 2016.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes** / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011.